

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 2, Outubro de 2014

Monarquias parlamentares democráticas

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

Direitos dos homossexuais:

Por que a democracia importa

Omar G. Encarnación

**O flerte dos nacionalistas russos
com a democracia**

Pål Kolstø

Dossiê Ucrânia

A casa que Yanukovich construiu

Serhiy Kudelia

Sociedade civil e democratização

Lucan Way

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Esta edição do Journal of Democracy em Português traz uma novidade em relação às anteriores: a inclusão de um artigo sobre a luta dos homossexuais pelo reconhecimento pleno de seus direitos, inclusive o de se casar com pessoa do mesmo sexo. Esse é um tema em geral ausente das publicações sobre democracia e relações internacionais, o que contrasta com o crescente protagonismo assumido por movimentos LGBTs em vários países. Em seu texto, Omar G. Encarnación recupera a história e o passado recente da luta dos homossexuais nos Estados Unidos, na Europa e, para surpresa de muitos, na América Latina, o Brasil inclusive. As conquistas obtidas deram lugar à reação de setores mais conservadores, alguns abertamente homofóbicos. Mais contida e restrita em países ocidentais, mostra Encarnación, a reação é virulenta em países da África, do Oriente Médio e na Rússia, em geral liderada pelos próprios governos nacionais. Constatado esse contraste entre países não autoritários e países autoritários, o autor explora as razões pelas quais a democracia e os direitos dos homossexuais andam de mãos dadas. Conclui-se tratar de um casamento não isento de tensões, mas no qual os dois cônjuges se reforçam mutuamente: a democracia propiciando as condições para o desenvolvimento das lutas pelos direitos dos homossexuais e estas aprofundando a democracia pela ampliação do alcance dos direitos humanos.

Aparentemente mais sisudo, o artigo sobre como regimes monárquicos podem ou não se tornar democráticos não é menos atual. Escrito por três cientistas políticos, entre eles dois de grande renome, Alfred Stepan e Juan Linz, o artigo avalia algumas monarquias árabes atuais a partir da experiência histórica europeia (sete dos dezesseis países democráticos da Europa com mais de um milhão de habitantes são monarquias). A análise da experiência europeia lhes serve para

identificar cinco fatores que impulsionam ou impedem a passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional e desta para uma monarquia democrática. Das monarquias árabes atuais, as do Golfo surgem como as menos propensas à democratização. Já o Marrocos “diferentemente da Arábia Saudita, (tem) eleições, partidos e parlamento (...) significativos (...) e uma família real (...) pequena e não (...) especialmente poderosa”. Apesar disso, reconhecem os autores, também no Marrocos frustram-se até agora as maiores esperanças da “primavera árabe”.

Segue esta edição com um par de artigos sobre processos e atores políticos na Ucrânia e outro sobre a política na Rússia, temas e países cada vez mais entrelaçados. Ucrainiano de origem, o cientista político Sierhiy Kudelia dissecou o regime de Yanukovitch, analisa a sua queda em fevereiro deste ano e avalia as condições para a consolidação da democracia naquele país. Sua conclusão é de que a Ucrânia já não se amolda mais a um governo autoritário, o que “não significa que uma nova tentativa de construir um sistema democrático duradouro será bem sucedida”. Por sua vez, o também cientista político Lucan Way põe em foco o papel da sociedade civil ucraniana na deposição de Yanukovitch e discute as possíveis contribuições de organizações não governamentais à democratização do país. Way coloca em xeque a ideia de que o ex-presidente tenha sido deposto pela força da sociedade civil ucraniana. Analisando os protestos e a disputa de poder que resultou na mudança de regime na Ucrânia, ele enxerga mais debilidade do que fraqueza na sociedade civil. Faltaria àquele país uma rede de organizações capaz de fazer a diferença na institucionalização democrática do novo regime. Já os grupos mais bem organizados, mobilizados na onda de protestos que varreu o país, gravitam em torno de identidades regionais e políticas excluídas, não raro marcadas pela intolerância. Assim como Kudelia, Way vê mais pontos escuros do que claros no horizonte da democracia na Ucrânia.

O texto que completa o núcleo de artigos desta edição examina o panorama político na Rússia a partir de um ângulo surpreendente. Pal Kolsto, da Universidade de Oslo, identifica a crescente intercessão entre duas vertentes até aqui separadas na política russa: o liberalismo-democrático e o nacionalismo. Nas suas palavras, “não apenas há partes da oposição russa pró-Occidente, liberal e democrática, se aproximando de posições nacionalistas, como muitos nacionalistas russos estão agora preparados para abraçar valores e princípios democráticos, levando a novas constelações políticas”. Sintomaticamente, o título de seu artigo é “O flerte dos nacionalistas russos com a democracia”. Ou seja, se trata de um fenômeno que ainda está em suas etapas preliminares. Se o flerte se tornar namoro firme, o nacionalismo autocrático de Vladimir Putin conhecerá um novo e perigoso adversário. Dadas as posições e pretensões geopolíticas do Kremlin, o tema interessa não apenas àquele país, mas ao mundo em geral e aos vizinhos da Rússia em particular, em especial os antigos membros da União Soviética.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê Ucrânia

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO*

Lucan Way

Lucan Way é professor-assistente de Ciência Política da Universidade de Toronto. É autor (com Steven Levitsky) de Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War [Autoritarismo competitivo: regimes híbridos após a Guerra Fria] (2010), e está terminando um livro cujo título provisório é Pluralism by Default: Weak Autocrats and the Rise of Competitive Politics [Pluralismo por padrão: autocratas fracos e a ascensão da política competitiva].

A atual crise na Ucrânia levanta questões importantes a respeito do relacionamento entre sociedade civil, protestos e democracia em regimes autoritários híbridos ou competitivos. Como podemos saber quando a sociedade civil é forte ou fraca? Que papel ela desempenha na mobilização das manifestações antirregime? Quando a sociedade civil contribui para o desenvolvimento democrático e quando ela ameaça prejudicar esse processo? Um olhar mais atento para a crise mostra que a sociedade civil da Ucrânia é mais fraca do que parece, e que nem sempre ela é boa para a democracia. Em especial, à medida que a Ucrânia se depara com uma potencial guerra civil, a sociedade civil precisa encontrar maneiras para mobilizar a sociedade sem fragmentar o sistema político e encorajar ainda mais violência.

*Publicado originalmente como “Civil Society and Democratization”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

A queda do presidente Viktor Yanukovich pelas mãos dos manifestantes foi amplamente alardeada como uma vitória da sociedade civil ucraniana. O líder dos protestos Euromaidan, Yuri Lutsenko, alegou que as demonstrações “mostraram que a Revolução Laranja não havia sido um evento único, mas uma característica da Ucrânia. A sociedade civil existe”.¹ Nisso, ele repetiu especialistas que, uma década antes, haviam argumentado neste periódico que a “revolução colorida” de 2004 da Ucrânia havia surgido em meio a uma sociedade civil “poderosa” e “vibrante”.²

De fato, a Ucrânia independente havia testemunhado exemplos frequentes e poderosos de mobilização social. Desde 1990, protestos resultaram na surpreendente saída de dirigentes em quatro ocasiões diferentes: em 1990, manifestações estudantis organizadas em barracas no centro de Kiev removeram Vitali Masol do cargo o premier da era soviética. Em 1993, greves de mineradores do leste da Ucrânia levaram o então presidente Leonid Kravchuk a aceitar eleições antecipadas, que ele perdeu. Por fim, Yanukovich por *duas vezes* foi retirado do poder por manifestantes — primeiro em 2004, depois em 2014.

Com esse histórico, pode parecer evidente que a sociedade civil da Ucrânia seja forte. Ainda assim, grandes e bem sucedidos protestos não refletem necessariamente a presença de organizações poderosas na sociedade. Manifestações podem emergir espontaneamente ou serem criadas por organizações externas à sociedade civil. Para entender melhor a relação entre sociedade civil e mobilização popular na Ucrânia e em outros regimes autoritários competitivos é importante decompor as diferentes formas pelas quais uma sociedade civil pode ser considerada “forte”. De maneira geral, a sociedade civil ucraniana tem sido mais bem sucedida em canalizar o descontentamento popular uma vez iniciados os protestos do que tem sido em levar as pessoas às ruas. A dependência de protestos espontâneos e imprevisíveis não dá indícios do desenvolvimento de uma democracia estável na Ucrânia. Ao mesmo tempo, nem sempre a sociedade civil é boa para a democracia.

No presente contexto de potencial guerra civil, a sociedade civil pode dividir de maneira perigosa um sistema político já frágil. A recente emergência de grupos violentos fora do Estado ameaça de maneira grave o desenvolvimento político da Ucrânia.

À medida que declinava o comunismo no final dos anos 1980, a sociedade civil se tornou um tópico popular para pesquisadores do Leste Europeu. No final dos anos 1980, acadêmicos empregaram o termo para argumentar que as reformas de Gorbachev haviam surgido de uma base popular em uma União Soviética que se modernizava.³ (Como um estudante de Línguas em Moscou em 1989, eu mesmo era membro de um dos primeiros grupos independentes da sociedade civil da URSS, a Perestroika Democrática.) O tema ganhou destaque nos anos 1990, e foi adotado pela comunidade de ajuda externa do Ocidente enquanto buscavam promover o crescimento de organizações não governamentais na antiga União Soviética.

O termo “sociedade civil” tem sido definido de diversas formas.⁴ Aqui, usei-o de maneira ampla, para descrever uma rede de organizações e instituições voluntárias e autônomas que existem fora do Estado, do mercado e da família, e que são difíceis de se eliminar ou controlar por parte dos líderes do Estado. (Também incluí nessa definição os partidos políticos, embora eles claramente se beneficiem de ligações com o Estado.) Exemplos clássicos de grupos fortes da sociedade civil incluem as igrejas e faculdades afro-americanas no sul dos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, a Igreja Católica na Polônia e as organizações sindicais na África do Sul nos anos 1980. Nesses casos, a sociedade civil era relativamente estável, resistente a fortes pressões do Estado, e fornecia um espaço crucial para que a atividade de oposição pudesse acontecer.

Como discuto adiante, a sociedade civil nem sempre é boa para a democracia. Apesar disso, em muitos países (ex.: Polônia, África do Sul e Coreia do Sul) tais grupos se mostraram fundamentais para promover a democratização e a deposição de governos autoritários. Por outro lado, quando a sociedade civil é pouco desenvolvida ou não

consegue se mobilizar contra o Estado (como na Belarus e na Rússia), autocratas conseguem monopolizar o controle político mais facilmente. Entre as antigas repúblicas soviéticas, a fraqueza da sociedade civil (que Marc Howard atribui ao legado comunista) tem sido sem dúvida uma razão importante para o fracasso da democratização.⁵

Podemos medir a força da sociedade civil dentro de três dimensões. Primeiro, a sociedade civil pode desempenhar o papel de “guarda de trânsito” — direcionando e facilitando as atividades de protesto que emergem. Quando a sociedade civil é efetiva como guarda de trânsito, torna-se mais provável que protestos disponham de recursos para se manter e para influenciar os resultados políticos. Ainda assim, guardas de trânsito não conseguem colocar os carros na rua. Portanto, uma segunda dimensão é o papel da sociedade civil enquanto mobilizadora.⁶ São as organizações da sociedade civil capazes de levar as pessoas às ruas ou mobilizar outras formas de pressão? Um exemplo de mobilização efetiva pela sociedade civil nos Estados Unidos é a Associação Nacional de Rifles da América, que tem a capacidade de gerar apoio significativo para qualquer assunto relacionado a armas de fogo. Por fim, a terceira dimensão é a da institucionalização ou estabilidade. Os protestos são organizados por organizações de longa data, com continuidade institucional, ou por grupos que emergem espontaneamente dos próprios protestos?

A sociedade civil como “guarda de trânsito”

Os grupos e ativistas da sociedade civil da Ucrânia têm sido relativamente efetivos como guardas de trânsito. Os protestos Euromaidan deixaram isso claro. Desde que começaram, no fim de novembro de 2013, a Praça da Independência no centro de Kiev (conhecida informalmente como “Maidan” [praça]) rapidamente se transformou em uma pequena “república independente”, com 1.500 a 2.000 residentes permanentes e sua própria (ainda que bastante fragmentada) estrutura de liderança, orçamento, guardas de fronteira, unidades de auto-

defesa, universidade aberta, atividades de entretenimento, moradia (quatro prédios ocupados, além de duzentas barracas), sistemas para a distribuição e até mesmo produção de gêneros alimentícios.⁷ Possuía uma estrutura de governança capaz de lidar com um número enorme de manifestantes que circulavam pela praça a cada dia. Legiões de voluntários cozinhavam refeições para milhares de pessoas, enquanto guardas atentos a provocadores observavam diligentemente todos aqueles adentrando o local do protesto. Organizadores desempenharam um papel impressionante de limitar o consumo de álcool entre os manifestantes do local — uma tarefa bastante difícil, considerando o tamanho e a idade dos participantes. Em dezembro, cambaleando por conta de uma febre alta, eu mesmo fui temporariamente detido por um “guarda de fronteira” sob suspeita de estar bêbado.

No começo, o núcleo organizacional dos protestos vinha de três partidos da oposição no parlamento (a Aliança Democrática Ucraniana pela Reforma [UDAR], de Vitali Klitschko; o Pátria, de Yulia Tymoshenko; e o nacionalista Svoboda). Seus parlamentares preenchiam postos-chave e forneceram a maior parte do financiamento e da liderança política iniciais.⁸ O Pátria, partido da antiga premier e então prisioneira Yulia Tymoshenko, também foi ativo na organização de protestos em 2001 e 2004. Outras instituições, como o Mosteiro de São Miguel das Cúpulas Douradas, próximo à praça, serviram de refúgio aos protestantes durante as ofensivas periódicas do governo. Os partidos da oposição e o mosteiro da Igreja Ortodoxa Ucraniana — que havia sido destruído pelos soviéticos nos anos 1930 e reconstruído na Ucrânia independente dos anos 1990 — deram ao movimento de protesto suas mais estáveis (embora nem sempre muito potentes) bases organizacionais.

De maneira mais ampla, os anos de relativo pluralismo e repetidos protestos da Ucrânia significaram que o país dispunha de redes de ativistas experientes, que serviam às manifestações com sua liderança e experiência. Assim, muitos veteranos de protestos anteriores — as manifestações estudantis contra os soviéticos, de 1990, os comícios

“Ucrânia sem Kuchma”, de 2001, e a Revolução Laranja de 2004 — desempenharam papéis-chave na mais recente crise.

Desde 2004, Kiev em particular também se tornou notável por seu forte corpo de jornalistas relativamente independentes. Entre eles se incluem Mustafa Nayem e Serhiy Leshchenko, do periódico online *Ukrainskaia Pravda*, além de escritores do semanário *Zerkalo Nedeli* — os quais fizeram coberturas relativamente equilibradas dos eventos (embora sua cobertura tenha se tornado muito menos neutra após a agressão da Rússia contra a Ucrânia).⁹ Os apresentadores do Hromadske.tv e do Canal 5 fizeram o possível para manter as informações circulando livremente durante a crise.

Mas a despeito de padres prestativos, líderes experientes e jornalistas contundentes, a realidade é que muitas das organizações por trás do Euromaidan emergiram espontaneamente *durante* a crise. O processo envolveu uma boa dose de caos — três ou quatro diferentes juntas alegavam falar em nome dos manifestantes. Foi apenas após o início dos protestos que vários pequenos partidos e facções da extrema direita se juntaram para formar o Setor de Direita, que emergiu na segunda metade de janeiro, quando os protestos se tornaram violentos. Isso reflete um padrão similar àquele visto durante a Revolução Laranja. O movimento jovem conhecido como Pora! (“Está na hora!”) surgiu durante a campanha presidencial de 2004 e se tornou famoso por desempenhar um papel na Revolução Laranja. Quase imediatamente depois, porém, o Pora! se dividiu em dois e caiu no esquecimento. Não teve participação nos recentes protestos.

Além disso, é um erro pensar que apenas uma sociedade civil forte pode produzir protestos bem organizados. Na Ucrânia e em inúmeros outros países, protestos de larga escala emergiram e persistiram sem que tivessem sido liderados por grupos poderosos ou bem estabelecidos da sociedade civil. O Egito testemunhou uma impressionante organização espontânea durante os enormes protestos da praça Tahrir,

que derrubaram o ditador Hosni Mubarak no início de 2011. Na Turquia, dois anos mais tarde, as enormes e bem orquestradas manifestações do parque Gezi foram, em grande medida, espontâneas.

Talvez de maneira ainda mais notável, a República dos Camarões, que possuía uma sociedade civil extremamente fraca, testemunhou uma greve geral em 1991 contra o longo presidente Paul Biya. Os protestos, apelidados de “Operação Cidades Fantasmas”, envolveram mais de dois milhões de pessoas (cerca de um sexto de todo o país), que fecharam seus comércios, não foram à escola, e se recusaram a pagar impostos. A greve foi um dos maiores e mais prolongados protestos contra o autoritarismo na África pós-Guerra Fria.¹⁰ O governo de Biya foi abalado, embora ele tenha se mantido no cargo e permaneça como presidente do país até hoje.

De maneira similar, é errado assumir que a deposição bem sucedida de autocratas seja necessariamente evidência de uma sociedade civil forte ou emergente. No Benin, em 1990, por exemplo, a realização de uma conferência nacional que levou à derrota eleitoral do presidente Mathieu Kérékou foi alardeada como um “triunfo da sociedade civil”.¹¹ Da mesma forma, no Maláui, poucos anos depois, a sociedade civil era vista como poderosa por conta da queda do presidente Hastings Banda logo após bispos católicos terem escrito uma carta pastoral criticando seu governo. Na verdade, a queda de Kérékou e de Banda pode ser muito mais facilmente explicada pela fraqueza dos respectivos líderes ao final da Guerra Fria do que por uma sociedade civil poderosa. Kérékou viu-se acossado por uma severa crise financeira e um exército que rejeitava abertamente seu governo. Banda, que tinha mais de noventa anos de idade, enfrentava um serviço de segurança cada vez menos leal, de um lado, e uma redução da ajuda vinda de doadores ocidentais, de outro. Em junho de 1993, o regime de Banda se mostrou “fraco demais para ganhar ou fraudar” um referendo sobre governo multipartidário.¹² Os eleitores o expulsaram da presidência em 1994, e ele morreu três anos mais tarde.

A sociedade civil enquanto mobilizadora

A sociedade civil age como mobilizadora quando é capaz de levar pessoas às ruas. A sociedade civil da Ucrânia tem sido fraca nesse quesito. Uma série de pesquisas conduzidas pela Fundação Iniciativas Democráticas e pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev indicaram que apenas 8% a 24% dos manifestantes haviam participado por meio de algum partido político ou organização da sociedade civil.¹³ Outro time de pesquisadores, liderado por Olga Onuch da Universidade de Oxford, concluiu que menos de um décimo daqueles protestando em Kiev soube das manifestações por meio de uma mensagem de e-mail ou por uma atualização no Facebook originada de uma organização da sociedade civil ou estudantil.¹⁴

Estudantes da Revolução Laranja pintam um quadro semelhante. Mark Beissinger demonstrou que a “esmagadora maioria” dos participantes do protesto de 2004 nunca havia se envolvido com qualquer grupo da sociedade civil, enquanto aqueles que se *opunham* aos protestos “estavam na verdade mais envolvidos com associações da sociedade civil”.¹⁵ Isso não quer dizer que a sociedade civil não desempenhou nenhum papel em 2004, mas sugere que sua importância como guarda de trânsito (orquestradora do protesto) superou sua importância como mobilizadora (originadora do protesto).

Se a sociedade civil não estava liderando o imenso comparecimento do público nesses protestos, como eles se tornaram tão grandes? Aqui, é importante destacar o papel de sociedade civil “emprestada”. Esse termo se refere a instituições do mercado e do Estado que normalmente não consideramos pertencer à sociedade civil, mas que são temporariamente apropriadas por ela para mobilizar as pessoas contra o governo. Nessa linha, X. L. Ding descreveu como as atividades da oposição na China e no Leste Europeu comunistas nos anos 1980 raramente emergiam de grupos estritamente autônomos da sociedade civil, mas de “instituições anfíbias” — tais como editoras estatais

— que levavam uma “vida dupla”, na qual representavam o Estado, mas também disseminavam ideias anticomunistas.¹⁶ Nos anos 1980 e início dos anos 1990, instituições do Estado também desempenharam um papel direto na promoção de mobilização popular. Em particular, as instituições culturais do Estado nas repúblicas não russas da URSS assistiram movimentos nacionalistas na mobilização de pessoas contra o domínio soviético. Em 1988–9, por exemplo, o Sindicato dos Escritores da Ucrânia da era soviética elaborou o primeiro programa do movimento nacional-democrático conhecido como Movimento Popular da Ucrânia. Frequentemente, instituições do Estado garantiram um acesso crucial a recursos mobilizadores (espaços de encontro, fotocopiadoras) que estariam de outra forma indisponíveis à época.¹⁷ Esse fenômeno persistiu após o colapso da União Soviética, embora de maneira menos proeminente. Assim, no leste da Ucrânia em 1993, diretores das minas estatais facilitaram a onda de greves que levaram à queda do presidente Kravchuk.

A Revolução Laranja testemunhou o aumento de tais empréstimos à medida que os apoiadores de Yushchenko assumiram o controle de uma ampla gama de instituições públicas e privadas que ajudaram a mobilizar apoio para a oposição. Unidades policiais do *oblast* Ivano-Frankivska, no oeste da Ucrânia, escoltaram milhares de manifestantes até Kiev.¹⁸ Como observador das eleições do final de 2004, deparei-me com inúmeras empresas que apoiavam Yushchenko. O diretor de um negócio agrícola na cidade de Ternopil, a oeste, contou que havia enviado 88 de seus empregados por ônibus para o sul da Ucrânia, para observar a votação em nome de Yushchenko. Nove anos depois, a sociedade civil “emprestada” continuava importante. No oeste da Ucrânia, universidades tanto estatais quanto privadas dispensavam seus alunos das aulas e os ajudavam a viajar para Kiev para protestar. De acordo com Andrew Wilson, muitas das “centenas” (*sotni*) de pessoas que foram reunidas no fim de janeiro para combater forças pró-Yanukovych foram organizadas

por pequenas e médias empresas, que enviaram trabalhadores para protestar em turnos.¹⁹

Ainda assim, a coisa mais impressionante a respeito das recentes manifestações tem sido a predominância de mobilizações espontâneas por cidadãos agindo por conta própria ou em grupos muito pequenos. Sondagens da Iniciativas Democráticas mostraram que uma proporção esmagadora — 75% a 92% — dos manifestantes haviam comparecido por conta própria ou com amigos e familiares.²⁰ Com base em entrevistas conduzidas por seu time, Olga Onuch concluiu que 83% havia comparecido às manifestações não com algum grupo organizado maior, mas ou sozinhos ou com apenas amigos ou parentes. Redes privadas foram um mobilizador muito mais importante de manifestantes do que a sociedade civil — emprestada ou não.

Além disso, a identidade regional desempenhou um papel fundamental no estímulo aos protestos. Em 2013 e em 2014, uma fração desproporcional dos manifestantes do Euromaidan veio do oeste da Ucrânia. O mesmo padrão foi observado em 2004, quando uma pesquisa pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev concluiu que mais de um terço dos adultos que então viviam no oeste da Ucrânia (incluindo metade de todos os entrevistados em Lviv) haviam protestado a favor de Viktor Yushchenko. No leste e no sul da Ucrânia, em contraste, a proporção era de apenas 3%. O trabalho de Mark Beissinger, que controlou o efeito de uma ampla gama de fatores, demonstra que a identidade ucrainófila previa de maneira poderosa a participação na Revolução Laranja.²¹

Em geral, a Ucrânia e, em particular, sua capital, ostentam fortes redes de jornalistas e ativistas independentes e várias organizações razoavelmente estáveis (incluindo o partido Pátria, de Tymoshenko) que funcionaram como guardas de trânsito para os protestos por mais de uma década. Ainda assim, em 2013–4, como nos anos anteriores, grande parte da infraestrutura organizacional emergiu espontaneamente a partir dos próprios protestos, e pareciam que se dissipariam

rapidamente. Além disso, como mobilizadora de manifestantes, a sociedade civil da Ucrânia é uma força menor. Ela pode dar forma, foco e voz às manifestações, mas é virtualmente impotente para produzi-las. De maneira mais geral, como vimos, é errado assumir que ações bem sucedidas conduzidas por protestantes ou mesmo por representantes da sociedade civil necessariamente reflita uma sociedade civil poderosa ou “emergente”.

Um olhar adiante

O que a força ambígua da sociedade civil da Ucrânia nos diz sobre o futuro da democracia no país? Por um lado, a relativa fraqueza de sua sociedade civil não é um bom presságio para o desenvolvimento democrático. Os grupos são relativamente instáveis e efêmeros, e dependem de redes privadas para mobilizar um grande número de cidadãos. A única maneira pela qual organizações tão limitadas podem exercer uma grande pressão sobre o governo é tirando vantagem de episódios esporádicos e imprevisíveis de mobilização popular. Assim, nos quatro anos que antecederam o Euromaidan, a sociedade ucraniana estava passiva diante do comportamento agressivo de Yanukovych — a assinatura do controverso tratado da Frota do Mar Negro com a Rússia, a realização de mudanças repentinas e ilegais à constituição, e o encarceramento da principal líder da oposição. De fato, as mesmas qualidades que tornaram os recentes protestos da Ucrânia tão inspiradores para o mundo — sua espontaneidade e dependência de cidadãos privados em vez de organizações preexistentes ou membros da elite — também aludem a fraquezas fundamentais que caracterizam a sociedade civil ucraniana.

Ao mesmo tempo, como nos lembra Sheri Berman, a sociedade civil nem sempre é boa para a democracia.²² Ela argumenta que, dentro de um contexto de instituições nacionais fracas, a atividade associativa pode fortalecer a fragmentação social, o que pode enfraquecer o desenvolvimento democrático. (Seu foco é na Alemanha de Weimar,

mas não precisamos acreditar que o fascismo paire no horizonte para valorizarmos os efeitos danosos do sectarismo.) Na Ucrânia, grupos externos ao Estado tenderam a se dividir regionalmente. Assim, os partidos mais significativos e bem organizados da Ucrânia tinham como base ou o oeste (os antissoviéticos Movimento Popular da Ucrânia e Pátria) ou o leste (o Partido Comunista e o Partido das Regiões). Os partidos que ajudaram a organizar o Euromaidan (o Pátria e o Svo-boda, mas não o UDAR) tinham fortes raízes no oeste da Ucrânia, e pouco suporte ao sul ou ao leste. O mesmo pode ser dito de grupos como o Setor de Direita, que emergiu durante os protestos. De fato, embora os manifestantes do Euromaidan frequentemente se apresentem como representantes de toda a nação ucraniana, a maioria das pesquisas sugerem que menos da metade do país apoiava os protestos.²³

Quando instituições nacionais são fortes, tal fragmentação não precisa ser problemática. Porém, em um momento como o atual, quando o futuro da Ucrânia enquanto país está ameaçado, tais divisões podem ser incrivelmente prejudiciais. De fato, a principal preocupação na Ucrânia já não é um Estado dominador, mas a preservação de instituições efetivas de ordem social. Grupos que se mobilizam majoritariamente por critérios regionais tendem a exacerbar tais problemas.

Por fim, a democracia é mais diretamente enfraquecida pelas inúmeras associações surgidas durante os protestos que promovem a violência. Tais associações incluem os grupos paramilitares do Setor de Direita e a “centena celestial”^{*} que combateram a polícia, e os *titchki*^{**} ou grupos vigilantes criados para acoessar os manifestantes. Também problemáticos são os “ultras”, grupos de torcedores fanáticos de futebol que começaram a oferecer proteção para os manifestantes anti-Yanukovych em janeiro. Ao promover a violência vigilante

* Como ficaram conhecidos os manifestantes mortos nos confrontos do Euromaidan. [N. T.]

**Agentes provocadores financiados por Yanukovych. [N. T.]

alheia ao controle do Estado, tais grupos ameaçam diretamente o desenvolvimento democrático. Eles facilitam a fragmentação do Estado e padrões sangrentos de agressão e revanche, tornando uma guerra civil muito mais provável. No começo de maio, por exemplo, ataques por grupos pró-Rússia contra uma marcha pró-Ucrânia levaram a confrontos armados entre gangues pró-Moscou e “ultras” ucranianos na cidade portuária de Odessa. Mais de trinta ativistas, em sua maioria pró-Rússia, morreram após terem recuado para dentro da Casa dos Sindicatos, no centro da cidade, que foi incendiada. Foi amplamente divulgado que uma multidão gritava “Glória à Ucrânia!” e “Morte aos inimigos!” enquanto o fogo consumia o prédio ocupado.²⁴

A tragédia de Odessa destaca os enormes desafios enfrentados atualmente pela democracia. Como no passado, a sociedade civil precisa limitar o abuso cometido pelo Estado. Mas ela agora também precisa lidar com uma Rússia agressiva enquanto evita qualquer coisa que possa semear o aumento da violência e da divisão no frágil sistema político do país.

Notas

1. Alison Smale, “Strategy Remains Elusive for Ukraine Opposition”, *The New York Times*, 22 de dezembro de 2013.

2. Adrian Karatnycky, “Ukraine’s Orange Revolution”, *Foreign Affairs*, 84(2), março-abril de 2005, p. 35; Taras Kuzio, “Ukraine’s Orange Revolution: The Opposition’s Road to Success”, *Journal of Democracy*, 16(2), abril de 2005, p. 117.

3. S. Frederick Starr, “The Soviet Union: A Civil Society”, *Foreign Policy*, 70, Spring 1988, pp. 26–41; Moshe Lewin, *The Gorbachev Phenomenon: A Historical Interpretation* (Berkeley: University of California Press, 1991).

4. Ver X. L. Ding, “Institutional Amphibiousness and the Transition from Communism: The Case of China”, *British Journal of Political Science*, 24(3), julho de 1994, pp. 293–318; Volkhart F. Heinrich, “Studying Civil Society Across the World: Exploring the Thorny Issues of Conceptualization and Measurement”, *Journal of Civil Society*, 1(3), dezembro de 2005, pp. 211–28.

5. Marc Howard, “The Weakness of Postcommunist Civil Society”, *Journal of Democracy*, 13(1), janeiro de 2002, pp. 157–69.

6. Agradeço a Chrystia Freeland pela ajuda com o termo “mobilizadora”, e pela discussão desses assuntos.

7. Ver a entrevista com Arsen Avakov, que era então o “comandante” da Praça da Independência e é o atual ministro do Interior da Ucrânia, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R5BKLSdkIJQ>. Agradeço a Oxana Shevel por chamar minha atenção para essa entrevista.

8. “Ukraine: Stalemate”, *The Economist*, 6 de janeiro de 2014.

9. Por exemplo, em 17 de março, o *Ukrainskaia Pravda* reportou que no referendo de 16 de março da Crimeia, o comparecimento foi de 123% na cidade de Sevastopol.

10. Ver Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), pp. 259–60.

11. Chris Allen, “‘Goodbye to All That’: The Short and Sad Story of Socialism in Benin”, *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 8(2), junho de 1992, p. 72.

12. Levitsky e Way, *op. cit.*, pp. 293 e 283–84.

13. “Vid Maydanu-taboru do Maydanu-sichi: shcho zminylosya?” [Da Praça da Independência ao Acampamento da Independência: o que mudou?]. Disponível (em ucraniano) em <http://www.dif.org.ua/ua/events/vid-ma-zminilosj.htm>

14. Comunicação pessoal com o autor, 7 de janeiro de 2014. Ver artigo de Onuch nesta edição do *Journal of Democracy*, disponível em <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2014.0045>

15. Mark R. Beissinger, “The Semblance of Democratic Revolution: Coalitions in Ukraine’s Orange Revolution”, *American Political Science Review*, 107(3), agosto de 2013, pp. 581–82.

16. Ding, *op. cit.*

17. Ver Mark Beissinger, *Nationalist Mobilization and the Collapse of the Soviet State* (Nova York: Cambridge University Press, 2002); Dmitry Gorenberg, *Minority Ethnic Mobilization in the Russian Federation* (Nova York: Cambridge University Press, 2003); e Henry Hale, *The Foundations of Ethnic Politics: Separatism of States and Nations in Eurasia and the World* (Nova York: Cambridge University Press, 2008).

18. Ashkold Krushelnycky, *An Orange Revolution: A Personal Journey Through Ukrainian History* (Londres: Harvill Secker, 2006), 306.

19. Comunicação pessoal com o autor, 14 de março de 2014.

20. “Vid Maydanu-taboru do Maydanu-sichi”.

21. Beissinger, “The Semblance of Democratic Revolution”.

22. Sheri Berman, “Civil Society and the Collapse of the Weimar Republic”, *World Politics*, 49(3), abril de 1997, pp. 401–29.

23. Ver, por exemplo, Instituto Internacional de Sociologia de Kiev, “Consumer Confidence in Ukraine”, 7 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=227>

24. “Dozens of People Killed in Odessa as Trade Union Goes up in Flames”, *Kyiv Post*, 3 de maio de 2014.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>